

Alvaro também quer eleições gerais

AGÊNCIA ESTADO

"Não se pode reduzir o mandato do presidente Sarney sem entregar também o nosso", afirmou ontem, em Curitiba, o governador do Paraná, Alvaro Dias, ao apoiar as declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, a favor da convocação de eleições gerais ainda este ano. O governador garantiu que não teme entregar seu mandato e lembrou vir defendendo a tese de eleições gerais há algum tempo, desde que a Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney.

Defensor do mandato de cinco anos para Sarney, Dias considerou "interessante que o ministro do Exército também tenha uma posição favorável às eleições gerais". Após afirmar que "os bons políticos não terão medo de colocar seus mandatos à prova, através de uma nova eleição", comentou que "se as elei-

ções forem um remédio para a Nação, ele deve ser aplicado a todos os que padecem de falta de credibilidade". Segundo ele, o presidente Sarney não se encontra mais desacreditado do que boa parte dos políticos e governadores, "e o sacrifício de todos os mandatos revelaria uma atitude patriótica capaz de resgatar a credibilidade da classe política, mostrando um desprendimento exigido pela população".

Além de eleições gerais, o governador paranaense defendeu também a realização de uma prévia dentro dos partidos para a escolha dos candidatos. Isto, segundo seus assessores, representaria uma chance para Dias conquistar o direito de se candidatar. O próprio Dias já admitiu que, se mantido o critério de precedência dentro do PMDB, ele não terá como sair candidato à Presidência da República.

Na opinião de Alvaro Dias, outra vantagem da realização de eleições gerais será a regularização do calen-

dário eleitoral do País, "porque não podemos ter eleições todos os anos". Já as prévias para a escolha dos candidatos, destacou, "são a fórmula correta para se democratizar os partidos, fortalecendo as estruturas partidárias".

CUT

"Seria de estranhar que a classe dominante não aderisse à idéia de eleições gerais neste ano", afirmou, em Curitiba, o presidente regional da CUT, Paulo Roberto Cequinell, acrescentando que seria ingenuidade dos trabalhadores não apoiar a tese agora defendida pelo ministro do Exército. Advertiu, no entanto, que a realização de eleições gerais "não representa uma panacéia para todos os males da Nação, da mesma forma que se acreditou que a Constituinte seria um remédio perfeito".

Para o prefeito de Curitiba, Roberto Requião (PMDB), a posição do ministro do Exército "faz coro às opi-

niões de milhares de brasileiros, inclusive a minha". O prefeito comentou ainda que a defesa de eleições gerais, embora correta do ponto de vista filosófico, é idealista, "já que os constituintes não deverão aprová-las".

Na região do ABC paulista, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, recebeu com apreensão as declarações do general Leônidas Pires Gonçalves em defesa de eleições gerais este ano. O sindicalista teme que o discurso seja um e as atitudes completamente diferentes, e fez a seguinte comparação: "E como se fôssemos um galinha cuidado por raposas e, de repente, elas dissessem que estaríamos livres, para em seguida nos pegarem". Cauteloso, Vicente Paulo não deixa de considerar a opinião do general Leônidas "coerente com o que o povo está defendendo há dois, quatro, até 15 anos atrás". Mas arrematou: "O fato de não confiarmos nes-

sas afirmações está ligado à posição que as Forças Armadas sempre tomaram em relação a eleições diretas, impedindo sua realização por mais de 20 anos e utilizando-se de mecanismos de repressão contra o trabalhador, como a Lei de Segurança Nacional. Por isso, é realmente difícil acreditar nisso, agora".

EMPRESÁRIOS

Em Porto Alegre, as declarações do general Leônidas foram apoiadas pelo empresário gaúcho, que ressaltou o direito do militar, de se posicionar politicamente, tendo em vista que seu cargo é eminentemente político. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fecerasul), César Rogério Valente, ressaltou que a convocação de eleições gerais em 1988 não resolverá os problemas do País, mas reconhecendo que o processo eleitoral aproxima o processo democrático. Já o presidente em exercício do Centro das Indústrias do Rio

Grande do Sul (Clergs), Antônio Carlos Smith, destacou ser importante a realização de eleições gerais no menor prazo possível, logo após a promulgação da nova Carta.

O presidente da Federasul observou que, se as eleições resolvessem os problemas da Nação, a Nova República já teria conseguido transformar o Brasil num "paraíso", tendo em vista que chegou ao poder e obteve por um determinado período expressivo apoio da sociedade. Enfatizou, entretanto, que o caminho em direção à democracia se aprimora com a realização de eleições.

Por sua vez, o ex-líder do governo Tancredo Neves na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, deputado Ademir Lucas, comentou em Belo Horizonte que o general Leônidas, quando falou em eleições gerais, quis apenas "dourar a pílula" para não dizer que as Forças Armadas estão a favor de quatro anos de mandato para Sarney.

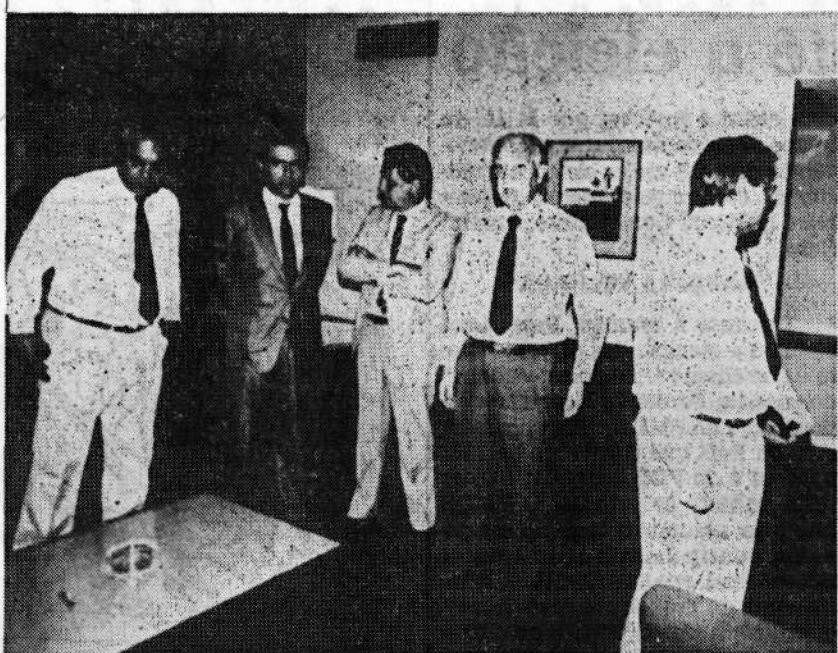
Do sindicato à empresa, todos com Leônidas

Líderes empresariais e de trabalhadores paulistas concordam com a opinião do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e defendem eleições gerais. "Eu entendo que o ministro falou como cidadão. É a minha opinião também", afirmou o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, referindo-se às declarações do general Leônidas Pires Gonçalves. O ministro do Exército disse que, se houver eleições este ano, elas devem ser não só para presidente, mas em todos os níveis.

Szajman está preocupado apenas com os reflexos na economia do País porque, segundo ele, há um preconceito no Brasil contra os períodos eleitorais. Eles são responsabilizados pela inflação e estagnação econômica. O empresário acredita, porém, que a escolha de nova liderança política pode ser feita num clima tranquilo.

O presidente do Sindicato dos Eletrotécnicos de São Paulo, Antônio Rogério Magri, acha que a posição do ministro é resultado "do quadro de ingovernabilidade do País". Para o sindicalista, a manifestação do ministro amplia o leque de opiniões que se abre contra as atuais lideranças políticas. Magri, ao concordar com o ministro, lembrou que "estamos defendendo isso há muito tempo". O sindicalista não interpretou a fala do general como "um recado das Forças Armadas" e esclareceu: o ministro manifestou-se como um brasileiro, por isso foi uma atitude "eminentemente democrática".

"Eu estou de pleno acordo", enfatizou o empresário Salvador Firaço, segundo vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), depois de afirmar que lera "atentamente o pensamento do general". Para o empresário, as manifestações de Leônidas Pires Gonçalves mostram que as Forças Armadas estão cientes na restauração da credibilidade nas lideranças nacionais.



Roque Sá

Históricos decidem discutir eleições já

Rompimento já está fora da pauta dos históricos

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O grupo histórico do PMDB, na reunião deste sábado pela manhã, no auditório Nereu Ramos, da Câmara, deverá apenas fixar posição em dois pontos: defender a votação mais rápida possível da nova Constituição e a realização, ainda neste ano, de eleições presidenciais. Pelas informações de seus principais líderes, que ontem à noite conversaram com o ex-governador Franco Montoro, no Hotel Nacional, não há, por enquanto, ambiente para definir o "rompimento já" com o governo Sarney, nem para o imediato lançamento de nomes peemedebistas como candidatos a candidato a presidente da República. "Os presidenciais" do PMDB são os mesmos que a imprensa vem mencionando. Nem mais, nem menos", disse um deles.

A tendência registrada entre os históricos é a de não precipitar a formalização do rompimento com o governo. Os senadores José Richa, Mário Covas e Fernando Henrique, por exemplo, acham que a indicação de um técnico, Mallson da Nobrega, para o Ministério da Fazenda, sem interferência, direta ou indireta, do PMDB, aumenta a distância entre o partido e o governo.

Richa, Fernando Henrique e Mário Covas entendem que a tomada de posição pelas eleições em 88 — fixando em quatro anos o mandato de Sarney — será mais uma demonstração de independência do PMDB diante do Palácio do Planalto. Os deputados Pimenta da Veiga e Euclides Scalco, entretanto, continuam

defendendo o afastamento formal do partido do governo Sarney, inclusive com a devolução de todos os cargos de confiança, a começar pelas pastas ministeriais. "Os que desejarem permanecer estarão à margem do verdadeiro PMDB" observou Pimenta da Veiga.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que o presidente Sarney deveria também fazer sua opção e, tudo indica, observou, seria pelo Centrão. Na sua opinião, "seria muito bom que o presidente e o governo optassem pelo apoio político-parlamentar do Centrão. Assim, as coisas ficariam mais claras".

Na questão sucessória, líderes e dirigentes do PMDB dizem que os "presidenciais" já são conhecidos, cabendo à convenção nacional, oportunamente, definir um deles. Todos reconhecem que na convenção partidária Ulysses é imbatível.

A possível convocação de convenção nacional extraordinária, para definir os rumos do partido e tentar depurar as divergências internas, só seria realizada depois de promulgada a nova Constituição.

Na pauta de discussões da reunião de sábado dois pontos já estão definidos: os peemedebistas históricos defendem eleições presidenciais em 88 e levantam a bandeira da Constituição já.

O grupo faz questão da designação de histórico, com a explicação de que o termo não define a duração temporal no partido, mas a defesa intransigente de suas bandeiras históricas e de seu programa. A nota de sábado deverá frisar esse ponto.

Montoro: 'Episódio superado'

Quem pensava em sair do PMDB e formar um novo partido, como Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, já não fala mais nisso. "Esse é um episódio superado", garante o ex-governador paulista, Franco Montoro. Que informa, ainda, que no encontro dos históricos do partido, no sábado, em Brasília, com militantes de todo o País, os temas serão basicamente dois: Constituição já e eleições 88.

Montoro fez essas declarações ontem, ao embarcar para Brasília para participar de uma reunião de trabalho em que serão elaborados os pontos fundamentais da reunião, que, no seu entender, não está sendo esvaziada mas, pelo contrário, "ganha mais força a cada instante".

Até o Gabinete Civil do presidente José Sarney já fala em eleição este ano, segundo Franco Montoro. "Nosso movimento está plenamente vitorioso, porque quem pensava em sair do partido já não fala mais nisso".

Além de Constituição já e eleições em 88, há um terceiro ponto a ser tratado na reunião de sábado: a convenção nacional do PMDB a ocorrer logo que a Constituinte terminar seus trabalhos, "para fixar os rumos do partido nos próximos anos".

O multipresidente Ulysses Guimarães avisou que não irá à reunião de sábado. Os governadores o acompanham: Orestes Quêrcia disse recentemente pertencer ao PMDB e não a alguma tendência dentro do partido. Outras figuras do próprio PMDB, como o governador mineiro Newton Cardoso, fazem de tudo para esvaziar o encontro.

Hoje, a divisão do PMDB acontece entre fisiológicos de um lado e de outro o grupo dos que pregam a unidade em torno do programa na observância do ex-governador paulista. "Ganhamos nós, que colocamos os pontos do programa do PMDB na mesa e os tratamos com seriedade", assegurou Montoro.

Na corrida sucessória, o ex-go-

vernador tem se colocado como um candidato natural do partido. Ao multipresidente também se atribui esse direito. Segundo conversas com amigos, porém, Montoro tem dito que Ulysses tem medo de eleição majoritária, uma área que o ex-governador conhece bem. Em todo caso, prevalece a idéia de que o candidato do PMDB sairá mesmo de São Paulo.

Entre os convencionais do partido, o ex-governador paulista ganhou pontos ao propor a reunião de sábado, derrotando assim os que se aliam ao Centrão. Por sinal, o Centrão ganhou de 228 votos a 148 e 24 abstenções. A respeito disso, Franco Montoro declarou: "O Centrão é um episódio em torno de um problema regimental. Contou com apoio de inúmeros setores. Mas não é um partido, não tem programa, nem se pretende transformá-lo em partido. Uniu os descontentes com a rigidez regimental".

Outro possível candidato ao governo federal que poderá sair de São Paulo é o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que está sendo sondado pelo senador Mário Covas para entrar no PMDB. Montoro disse que abonaria sua ficha de filiação: "O Ermírio participou do meu governo no conselho de administração das hidrelétricas. Já o convidei para se filiar ao PMDB. Não há dúvida que eu abonaria sua ficha de filiação partidária".

PAULO EGYDIO

O ex-governador Paulo Egydio Martins se desligou do PMDB, partido ao qual estava filiado desde 1984 "a pedido de Tancredo Neves". O requerimento foi entregue ontem de manhã ao presidente do diretório regional do PMDB, Alton Sandoval, e a guia de desligamento, ao juiz da 34ª zona eleitoral do Butantã. "Estou me desligando do PMDB por causa do grupo dos históricos, que, a meu ver, é uma visão setorial de política partidária. É como se o PT fizesse um partido exclusivamente de trabalhadores."

Presidente nega reforma ministerial

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"Não". Esta foi a resposta rápida e única que o presidente José Sarney deu ontem, depois de empossar Mallson da Nobrega no Ministério da Fazenda, quando lhe perguntaram se ele pretende fazer novas alterações em sua equipe ministerial. Mas, enquanto o presidente se retirava, um ministro garantiu que antes de aprovada a futura Constituição deve haver mudança no Ministério do Planejamento.

De acordo com a fonte, o ministro Aníbal Teixeira vai se candidatar à prefeitura de Belo Horizonte e precisará se desincompatibilizar do cargo até o dia 18 de fevereiro. Aníbal, também presente a solenidade de posse, não negou seu desejo de disputar a prefeitura da capital mineira, mas ressaltou que isso ainda depende de acertos políticos.

Apesar da cautela para não tratar do assunto como definitivo, ele revelou que conversou, na terça-feira, com o presidente José Sarney sobre sua possível saída. Não quis falar sobre sua sucessão, informando apenas que o presidente lhe pediu que concluisse alguns programas antes de deixar o governo, como a construção de 500 mil casas populares e o projeto "Fala favela", de atendimento à população carente.

No Palácio do Planalto já circulam versões de que, com a saída de Aníbal Teixeira, seu lugar seria preenchido por Ronaldo Costa Couto. Para o Gabinete Civil, seria deslocado o atual ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Comunicação

MENDES RIBEIRO

"Nem todos os caminhos são para todos os caminhantes." (Goethe)
Quantas pessoas assistiram ao espetáculo habitual de fim de ano de Roberto Carlos?
Por baixo, cem milhões?

O dado, no caso, é relevante. Impacto parecido somente poderia acontecer em outra noite de gala, revestida de ineditismos. Com espera e expectativa programadas e essenciais à manutenção de um contexto, no qual um homem se condicionou e foi condicionado a ser, invariavelmente, brilhante.

Logo, conclusão primetria, tudo quanto é afirmado, visto e ouvido em ocasiões similares, raríssimas, entendam, tem cunho definitivo.

Marca. Faz opinião pública. Firma conceito. Em uma palavra: dirige.

Crítica ou aplauso, em cena de tal porte, platéia de dimensões incalculáveis, sem fronteiras, ganham contornos superlativos. Consagram ou liquidam.

Pois bem, fui um dos cem milhões. Abismado, ouvi Erasmo Carlos. "O meu amigo Erasmo Carlos", no dizer de Roberto. Acusador sobre a tragédia de Goiânia e, no rastro da intervenção: "Vamos ver se os constituintes impedem a repetição de tais fatos, responsáveis que são..."

Por Deus!

Há leis sobrando. Não é temática constitucional. Nada, em matéria de Carta maior, fará quem quer que seja cumprir as regras. Criar responsabilidades. Quando? Onde? Como? Em qualquer país do mundo nenhum legislador tem ou terá a onipotência de ser obstáculo intransponível para alguém abandonar um aparelho de uso médico. Um caçador de ferro velho ver a peça. Ignorante, quebrar. E crianças ou adultos, de igual sorte, incultos e desinformados, acharem lindo o brilho mortífero da luz azulada e se banharem com ela.

Respondam os esclarecidos, ou nem tanto: quem reparou a falsa idéia semeada? Quem vai mostrar ao povo não ser da seara dos constituintes fatos assim? Afas-

tar a frustração e o descrédito fatais, se e quando algo semelhante voltar a ocorrer?

LEI NÃO É MENTALIDADE

A regra para a sociedade não pode e não deve ser confundida com o exercício da autoridade. A afirmação de quem comanda. A punição de quem transgredir. A manutenção da ordem. O respeito para ser respeitado. O cada um em sua seara. A participação de todos.

Inobstante, disseminada a destituição, os frutos serão os piores possíveis. Temo, constatando a facilidade com que as pessoas totalmente despreparadas, incapazes de distinguir espécies de diplomas, atribuições e outros dados primários para quem legisla ou quer informar com segurança, se arvoram em orientar a opinião pública e a insuflar falsos valores.

Nem toda a Assembléia Nacional usando seus espaços disponíveis será capaz de derrubar o "dogma" de Erasmo Carlos: "Os senhores da Constituinte não podem permitir tragédias como a de Goiânia".

Tenho lido, ouvido, assistido coisas seríssimas.

Há que impedir ladrões de fugir. Assassinos de matar. Sufocados de colarinho branco, ou cor qualquer, passarem impunes. Sonegadores, sonegar. Série infundável de providências e reformas!

Quanta Bobagem!

Lembro, na campanha, repeti até a exaustão a verdade de Ruy Barbosa. Bastariam dois artigos: "Ter vergonha na cara e reagor as disposições em contrário". Teríamos a Regra das Regras. Os Dez Mandamentos, por que não?

Inobstante, vital a guinada de mentalidade. Para conseguir, inexistem leis. Há que educar. E o primeiro cuidado é impedir, por qualquer meio ou forma, que gente dotada de poder de comunicação actua do comum atropelo a verdade. O bom senso. A razão e o próprio interesse nacional, blasfemando. E blasfêmia dar ao povo como corretas impropriedades.

Pensem. Erasmo não é réu isolado em tal contexto.

Mendes Ribeiro é deputado constituinte pelo PMDB do Rio Grande do Sul.